

Estudos prisionais nas Ciências da Religião e Teologia: situação, desafios e possibilidades

*Prison studies in Sciences of Religion and Theology:
situation, challenges and possibilities*

Lucas Henrique Pereira Duarte

Resumo

O presente texto é um estudo parcial de um projeto de pesquisa mais amplo sobre o cárcere no campo da Teologia Pública, que busca conciliar teorias e práticas disruptivas para a abolição dos aparelhos punitivos, por meio de análise bibliográfica, entendendo as razões e práticas punitivas ao longo da história e identificando sedimentos teológicos na estrutura prisional. Trata-se, aqui, apenas uma abordagem preliminar de investigação do *status quaestionis* dos estudos prisionais na área de Ciências da Religião e Teologia. Para tanto, fez-se necessário conhecer a pesquisa sobre prisão no quadro mais amplo das ciências jurídicas e sociais, realçando a importância da obra *Surveiller et punir* (1975) de Michel Foucault para a academia brasileira. Logo, passamos a focar em nossa área, destacando dissertações e teses recentes, publicações e eventos, tanto no contexto brasileiro como internacional, mapeados pela nossa pesquisa. Assim, foi possível analisar as produções, localizar encontros e desencontros e apontar possíveis caminhos para o estudo crítico das prisões desde a tradição libertadora latino-americana como Teologia Pública.

Palavras-chave: Estudos prisionais. Ciências da Religião e Teologia. Estado da questão. Teologia Pública.

Abstract

This text is a partial study of a broader research project on prison in the field of Public Theology, which seeks to reconcile disruptive theories and

practices for the abolition of punitive devices, through bibliographic analysis, understanding the reasons and punitive practices to the throughout history and identifying theological sediments in the prison structure. This is just a preliminary approach to investigating the *status quaestionis* of prison studies in the area of Theology and Science of Religion. For that, it was necessary to know the research on prison in the broader framework of legal and social sciences, highlighting the importance of Michel Foucault's *Surveiller et punir* (1975) for the Brazilian academy. Soon, we started to focus on our area, highlighting recent dissertations and theses, publications and events, both in the Brazilian and international context, mapped by our research. Thus, it was possible to analyze the productions, locate encounters and mismatches and point out possible paths for the critical study of prisons since the Latin American liberating tradition as Public Theology.

Keywords: Prison studies. Science of Religion and Theology. Status quaestionis. Public Theology.

Introdução

O cárcere constitui uma zona de invisibilidade e distorção. Em diversos círculos, dos mais elitizados aos populares, dos politizados aos alienados, dos humanistas aos carniceiros, os lugares comuns sobre as prisões se multiplicam nas conversas e debates, até mesmo em círculos científicos, os discursos tendem a versar sobre a humanização, modernização e expansão das instituições penais. Para muitos brasileiros e brasileiras, essa realidade é trazida à tona apenas quando suas mazelas extrapolam as muralhas que a encobre, e são capturadas pelas lentes de jornalistas e relatórios de ONGs. Ou, quando ações governamentais são anunciadas para solucionar as recorrentes “crises” e escaldas de violências do sistema. Entretanto, para outro setor da população, sobretudo, as comunidades negras, periféricas, marginalizadas e empobrecidas, a realidade carcerária faz parte do cotidiano, seja pela presença concreta dos seus nas instituições penais, seja pelo risco sempre presente de vir a *cair* no sistema, mesmo não adotando contundas criminalizadas, posto que essa população é o alvo preferencial da ação policial e da justiça criminal.

Este é o caso do educador social de 39 anos, Marcelo Dias, homem negro, homossexual, budista, morador do Cursinho, na Zona Sul da capital paulista.¹

¹ MENDONÇA, J., A prisão te mata aos poucos.

Sem antecedentes criminais e não sendo usuário de substâncias consideradas ilícitas, Dias teve sua prisão decretada em 9 de junho de 2018, acusado de fazer parte de um grupo de quatro pessoas flagrado com 4,9kg de pasta base de cocaína, após dizer para policiais militares que faziam a ronda, que dois jovens deixaram uma sacola na porta da ONG presidida por ele. Dias passou seis meses no CDP (Centro de Detenção Provisória) Pinheiros 2, em São Paulo, mas seu contato com o sistema vem desde a infância. No ano do seu nascimento, seu pai fora preso, ficando 24 anos, sendo morto na cadeia de Tremembé, interior paulista. Desde sua detenção, Dias tenta provar sua inocência, alcançando a liberdade provisória em 19 de dezembro de 2018, mas os danos sofridos por essa curta passagem são irreparáveis: “Parece que o sistema foi feito para te matar aos poucos”, afirma ele em reportagem a PONTE Jornalismo. Após uma semana em liberdade, Dias foi demitido do emprego. É assim que o sistema marca e *mata aos poucos*. Como canta Racionais MC’s: “A justiça criminal é implacável / Tiram sua liberdade, família e moral / Mesmo longe do sistema carcerário / Te chamarão para sempre de ex-presidiário”.²

A história de Marcelo Dias não é um caso isolado, mas ilustra as cerca de 700 mil pessoas privadas de liberdade.³ Número que coloca o Brasil como o terceiro país com maior população privada de liberdade do mundo,⁴ com uma média de 349,78 pessoas presas para 100 mil habitantes, enquanto a média mundial é de 144 pessoas presas por 100 mil. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)⁵ do Ministério de Justiça, entre 1990 a 2017, houve um aumento de 574% na população encarcerada no Brasil. O aumento mais expressivo está entre as mulheres. De 2000 a 2017, a quantidade de mulheres presas cresceu 546%, de cerca de 5 mil passamos a encarcerar por volta de 37 mil mulheres.

O *boom* carcerário expresso nos números e com consequências concretas nos corpos negros das pessoas privadas e liberdade e seus familiares – companheiras, mães e avós - não pode passar ao largo de nossas inquietações políticas, acadêmicas e religiosas. Antes, constitui um problema a questionar a produção das universidades, especificamente, a produção no que diz respeito a Ciências da Religião e Teologia.⁶ Em última análise, a prisão em si interpela

² RACIONAIS MC’S, Raio X do Brasil, Faixa 5.

³ CNJ, Dados das inspeções nos estabelecimentos penais.

⁴ THE WORLD PRISON BRIEF, Prison Population Total.

⁵ MOURA, M. V. (Org.), Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.

⁶ Utilizamos o binômio Ciências da Religião e Teologia seguindo o entendimento relacional e interdisciplinar forjado entre as áreas no contexto brasileiro (VILLAS BOAS, A., Perspectiva interdisciplinar da teologia no Brasil; FARIA, P. A. C., Ciências da religião e teologia),

nosso modo de ser e estar no mundo: como viver em uma sociedade em que a liberdade é um bem e não condição primordial ao ser humano? O presente texto não busca explorar a fundo a complexidade do sistema carcerário, aqui, trata-se de um estudo preliminar de investigação do *status quaestionis* dos estudos prisionais em Ciências da Religião e Teologia, em uma tentativa de aproximação da realidade prisional como problema teórico e prático para a área. Para tanto, fez-se necessário conhecer a pesquisa sobre prisão no quadro mais amplo das ciências jurídicas e sociais, realçando a influência de *Vigiar e Punir* (1977) de Michel Foucault para a produção brasileira, a partir de artigos propriamente da Ciência Social. Em seguida, apresentamos o panorama da Ciências da Religião e Teologia no campo dos estudos sobre prisões, mapeando dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação (PPG) que compõem a Área de Avaliação da CAPES, bem como publicações e eventos no contexto internacional. Assim, foi possível analisar as produções, localizar encontros e desencontros e apontar possíveis caminhos para o estudo crítico das prisões tendo como referência a tradição libertadora latino-americana como Teologia Pública.⁷

1. Prisão como problema científico

A prisão como objeto de estudo crítico é recente. No Ocidente, o interesse por esta instituição acompanha o próprio desenvolvimento da pena de privação de liberdade nos sistemas punitivos modernos, sobretudo por meio das ciências jurídicas e seus grandes reformadores: John Howard (1726-1790), Cesare Beccaria (1738-1794) e Jeremy Bentham (1748-1832). Além disso, estudos mais recentes, como *The society of Captives*, de Gresham Sykes (1958); *The Prison Community*, de Donald Clemmer (1940); e *The Discovery of the Asylum: Social Order and Disorder in the New Republic*, de David Rothman (1971) trazem as Ciências Sociais à baila no cenário internacional dos estudos prisionais.

Embora as ideias do velho mundo tenham chegado à América Latina, os estudos prisionais ganharam grande expressão no Brasil, somente a partir da década de 70 do século passado com a publicação, em português, de *Manicômios, prisões e conventos*, de Erving Goffman, em 1974, pela editora Perspectiva e *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, em 1977, pela editora Vozes. Destaca-se o impulso provocado pela obra de Foucault a área de Ciências Sociais, sobretudo pela restrição de acesso aos trabalhos de Sykes, Clemmer e

institucionalmente reconhecida como Área de Avaliação 44 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC).

⁷ SINNER, R., Teologia Pública num Estado Laico, p. 29-60.

Rothman, pois nunca foram traduzidos para o português. Até então, os estudos prisionais brasileiros estavam reduzidos ao campo do direito e da criminologia, como *Prisões e instituições penitenciárias no Brasil*, de Evaristo de Moraes (1923); *Evolução do sistema penitenciário brasileiro nos últimos 25 anos*, de Lemos Brito (1943); *O direito do trabalho nas prisões*, de Washington Luis de Campos (1952); *Os estabelecimentos penais e o juízo das execuções criminais*, de Alípio Silveira (1965); *Prisões fechadas, prisões abertas*, de Manuel Pedro Pimentel (1978). Fernando Salla observa a importância da obra de Foucault no cenário nacional:

Vigiar e punir trouxe várias contribuições para o campo das ciências sociais que teriam extrema importância na configuração dos estudos voltados para as políticas penais, para as práticas de encarceramento e para as prisões enquanto locais concretos de estabelecimento de uma trama de relações sociais.⁸

Assim, apesar das questões prisionais ganharem espaço nas Ciências Sociais a partir de 1970 com os estudos seminais inaugurais *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*, de José Ricardo Ramalho (1979) e *Cemitério dos vivos*, de Julita Lemgruber (1983), será a geração de pesquisadores dos anos 80 que consolidará o estudo prisional, ampliando a questão e diversificando os trabalhos. No processo de democratização vivido nos anos seguintes, cresce o debate público e científico sobre segurança pública, violência policial, prisões, manicômios.

A partir de então, a questão prisional entra para a agenda e se observa um aumento expressivo da produção acadêmica, indo para além das ciências sociais e ciências sociais aplicadas, diversificando ainda mais com estudos sobre saúde, arquitetura, história das prisões, expansão das políticas de encarceramento, as prisões de mulheres, as religiões no ambiente prisional, a educação nos presídios, as facções criminosas, a atuação de profissionais (como os educadores, psicólogos e assistentes sociais), as relações de poder no interior das prisões, gênero e etc.⁹ Trata-se de uma diversidade de abordagem e metodologias sobre as prisões. Nesse processo de consolidação e diversificação, se observa o crescimento, nas últimas décadas, na academia brasileira a atenção ao fenômeno religioso nas prisões, e pesquisadores/as vêm se dedicando a estudar a presença dos grupos religiosos e das pastorais das igrejas dentro do sistema carcerário brasileiro.

⁸ SALLA, F., Vigiar e punir e os estudos prisionais no Brasil, p. 30.

⁹ SALLA, F., Vigiar e punir e os estudos prisionais no Brasil, p. 33-38.

Ao mapear os estudos prisionais nas ciências sociais, Luiz Cláudio Lourenço e Marcos César Alvarez identificam, no marco temporal de dez anos, entre 1997 e 2017, que 7,9% – 11 de 139 trabalhos, sendo 93 dissertações e 46 teses – trazem como tema “religião na prisão”, destacando estudos sobre o modelo da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) e questões relativas à conversão religiosa nas unidades prisionais.¹⁰ Neste sentido, podemos seguir essa metodologia nos detendo, mais especificamente, sobre a produção a respeito da prisão no campo de Ciências da Religião e Teologia, a partir dos Programas de Pós-Graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

2. Estudos prisionais na Área de Ciências da Religião e Teologia no Brasil

2.1. Teses e dissertações

Após pesquisa on-line acerca da produção científica sobre o sistema prisional e temas correlatos na Área de Ciências da Religião e Teologia no Catálogo de Teses e Dissertações¹¹ da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),¹² conseguimos mapear 21 pesquisas no formato de 10 dissertações de mestrados acadêmicos, 8 dissertações de mestrados profissionais e 3 teses de doutorado. Estas pesquisas estão vinculadas à 9 Programas de Pós-graduação (PPG): 2 em instituições públicas e 7 em comunitárias/privadas, destas, 4 são católicas e 3 são protestantes/evangélicas. Nos Programas que compõem a Área: 15 pesquisas foram realizadas em Programas de Ciências da Religião e 6 em Teologia. Quantitativamente, e segundo a modalidade de pesquisa, no PPG em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória (FUV) foram produzidas 6 dissertações de mestrado profissional; seguido do PPG em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com 1 tese de doutorado e 3 dissertações de mestrado acadêmico e do PPG em Teologia da EST (EST), com 1 tese de doutorado e 3 dissertações de mestrado profissional. O PPG em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) tem uma tese de doutorado; e o PPG em Ciências das Religiões da Universidade

¹⁰ LOURENÇO, L. C.; ALVAREZ, M. C., Estudos sobre prisão, p. 221.

¹¹ O Catálogo da CAPES é um banco de dados da produção científica brasileira. Nele podemos ter acesso à bibliografia produzida a partir de 1987. Atualmente, seu funcionamento está sincronizado com a Plataforma Sucupira, segundo informações fornecidas pelos programas de pós-graduação.

¹² A CAPES é uma fundação do Ministério da Educação responsável, entre outras coisas, por avaliar os programas de pós-graduação *stricto sensu* e divulgar a produção científica do Brasil.

Federal da Paraíba (UFPB) conta com duas dissertações de mestrado acadêmico e os demais PPGs em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) apresentam uma dissertação de mestrado acadêmico cada.

Observando as palavras-chave: Cárcere, Sistema Penitenciário, Religião, Religiosidade, Conversão moral, Pluralismo religioso, Mobilidade religiosa, Influência da Religião, Fenômeno Religioso, Teologia, Assistência Religiosa, *Ethos* Religioso, APAC, Tratamento Penal, Ressocialização, Justiça Restaurativa, Assistência Católica, Pastoral Carcerária, Cidadania, Família, Escola, Reinserção, Proceder Evangélico, Docência, Educação de Jovens e Adultos, Mulheres, Adolescente, Detento, Tensões, Vulnerabilidade, Código de Condutas, Tatuagem, Desvio Social, Pessoas privadas de Liberdade, Menores infratores, Conciliação, Diálogo, Justiça Social, Igualdade, Cultura, Esfera pública, Criminalidade e Teoria dos Controles.

Considerando apenas as três teses de doutorado defendidas, respectivamente, nos programas da PUC-Rio, UFJF e EST é relevante o estudo do papel da religião no sistema penal, seja pela análise da filosofia de trabalho da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) no processo de recuperação da pessoa privada de liberdade;¹³ a compreensão do funcionamento e estabelecimento das religiões no ambiente de encarceramento;¹⁴ ou a investigação sobre a assistência religiosa às pessoas privadas de liberdade e sua contribuição no processo de ressocialização e reinserção social.¹⁵ Lira Júnior se destaca por sua abordagem mais conceitual, ao refletir sobre a salvação cristã a partir da contribuição de teólogos como Karl Rahner, Jürgen Moltmann, Joseph Moingt, Walter Kasper, enquanto, Silva Junior dedica-se a revisão bibliográfica concernente a laicidade, secularização, regulação estatal e aprisionamento, e etnografia na Penitenciária Ariosvaldo Campos Pires, Juiz de Fora, para analisar a produção, reprodução e instauração de percepções e vivências religiosas no cárcere; e Galucio propõe um estudo de caso, com questionários e entrevistas com atores sociais no Instituto Penal de São Leopoldo, RS, para pensar pastoralmente a assistência religiosa nas unidades prisionais como assistência espiritual e humana para superar diálogos fundamentalistas.

A busca on-line não possibilita o acesso a trabalhos como o de Maria Emília Guerra Ferreira, por ser anterior ao processo de digitalização das teses e

¹³ LIRA JÚNIOR, J. N., Matar o Criminoso e Salvar o Homem.

¹⁴ SILVA JUNIOR, A. C. R., Campo religioso brasileiro prisional.

¹⁵ GALUCIO, I. A. S., Por detrás do muro cinza.

dissertações, mas graças ao Prof. Enio Brito foi possível ter contato e com certeza não poderia ser olvidado neste levantamento. O texto é fruto de oito anos de trabalho em instituições penais, especialmente na Casa de Detenção de São Paulo – o famoso Carandiru – defendido como dissertação de mestrado acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-SP e publicado em livro, em 1996, pela Editora EDUC. Ferreira, a partir de uma situação de morte – o cárcere – verifica a possibilidade de perceber sinais de Vida e Esperança.¹⁶ E, aqui, podemos apontar a diferença primordial dos trabalhos já citados, a produção da esperança não é fruto de um tratamento penal a partir da religião, como muitos pesquisadores atestam. Ferreira se alinha na perspectiva da teologia da libertação, insere a instituição penal no contexto socioeconômico neoliberal e a população carcerária na massa social dos pobres, bem como seus familiares, por extensão, e conclui, que apesar do sistema de opressão e desintegração “o ser humano tem a potencialidade de vida, e recursos internos para a vida, que superam as situações de desintegração e ‘morte’”.¹⁷

2.2. Revistas

Ainda se verifica o interesse por essa intersecção em publicações do Instituto de Estudos da Religião (ISER), em 2004, e do Núcleo de Estudos da Religião (NER), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2005.

O ISER promoveu um ciclo de debates sobre religiões e prisões com pesquisadoras e pesquisadores e agentes religiosos e profissionais que atuam no sistema penitenciário. Os depoimentos e trabalhos apresentados naquela ocasião foram reunidos e publicados no nº 61 da revista Comunicações do ISER. A publicação está dividida em três partes, com pesquisas que tematizam o cárcere, em suas mudanças ao longo do tempo, em sua relação com o fenômeno religioso, a ação dos agentes religiosos católicos e pentecostais e o papel da religiosidade na gestão da pessoa presa e da própria unidade. A segunda parte evidencia a presença e práticas das comunidades de fé nas unidades prisionais, como as experiências umbandista, metodista, assembleiana, batista e o envolvimento das pessoas privadas de liberdade como agente religioso no cárcere, enquanto, a terceira, dá destaque para práticas de conversão na prisão, além de trazer um dossiê sobre a situação do encarceramento no Rio de Janeiro.

¹⁶ FERREIRA, M. E. G., A produção da esperança em situação de opressão, p. 9.

¹⁷ FERREIRA, M. E. G., A produção da esperança em situação de opressão, p. 14.

O NER em seu periódico, *Debates do NER*, pautou a relação entre prisão e religião. A publicação reúne seis artigos de especialistas discutindo as possibilidades de reorganização das biografias de mulheres reclusas a partir de práticas religiosas no presídio; mostrando a ambivalência da atuação de grupos religiosos no papel de controle indireto da instituição sobre a população carcerária quanto de resistência das detentas ao poder totalizante da direção do presídio; observando o fenômeno da conversão religiosa nas unidades prisionais, o lugar e a posição dos crentes, coletivamente, no sistema social prisional, a visão dos funcionários veem a conversão religiosa dessas detentas ao pentecostalismo; compreendendo o sistema prisional como um campo fértil para o proselitismo religioso que, em sua visão, estaria contribuindo para o crescimento das igrejas evangélicas; e, analisando, comparativamente, à constituição e ao papel da honra entre detentos não-crentes e crentes.

2.3. Outras abordagens

Interessa ainda citar publicações para além dos círculos acadêmicos de abordagem mais pastoral e reflexiva de ministros religiosos dedicados a assistência religiosa a pessoa privada de liberdade. Os padres católicos Bruno Trombetta, Alfonso Pastore e Ney Brasil Pereira possuem considerada bibliografia sobre o sistema carcerário e a ação da Igreja no cárcere. Também o Estudo nº 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reúne apontamentos pastorais fruto de um encontro de bispos católicos com agentes de pastoral e juristas sobre o sistema carcerário. Outro marco é a Campanha da Fraternidade (CF) de 1997, cujo tema foi “A Fraternidade e os Encarcerados” e lema “Cristo liberta de todas as prisões”. A CF-1997 colocou em pauta para as comunidades o problema das pessoas privadas de liberdade, com objetivos concretos, como o de despertar a sensibilidade e solidariedade para com os encarcerados, ajudando-as a perceberem a realidade carcerária do Brasil e a se comprometerem na realização de mudanças para uma sociedade sem vingança e sem violência.¹⁸ A CF-97 foi importante por impulsionar a expansão e organização de grupos de pastoral carcerária por todo o Brasil, como serviço organizado da Igreja católica ligado à CNBB e aos bispos nas dioceses. Atualmente, a Pastoral Carcerária da CNBB é uma das mais importantes organizações de defesa dos Direitos Humanos no contexto carcerário e na luta antiprisional no país, mantendo atualizado seu endereço eletrônico com

¹⁸ CNBB, A fraternidade e os encarcerados, p. 52.

manuais, relatórios, matérias e notas públicas sobre a situação do sistema e a ação de seus agentes no cárcere.¹⁹

Considerar apenas a pesquisa brasileira nos traria uma noção limitada da produção em relação aos estudos prisionais na nossa área. Valeria, pois, lançar o olhar para outras geografias e destacar autores e autoras, eventos, obras e pesquisas em outros idiomas (com ou sem tradução para o português), considerando as contribuições da comunidade internacional.

3. Comunidade teológica internacional e os estudos prisionais

Internacionalmente, podemos identificar, assim como no Brasil, algumas produções e iniciativas que tematizam as prisões em seus diversos contextos. Para além dos autores e trabalhos já citados na primeira parte desse texto, nas últimas décadas tem ganhado destaque no debate mundial sobre o encarceramento, nomes como Loïc Wacquant, Angela Davis, Michelle Alexander entre outros militantes e pesquisadores que pautam as relações entre capitalismo neoliberal, pobreza, racismo, questões de gênero e encarceramento em massa.²⁰

3.1. EUA

A academia e os movimentos sociais estadunidenses tem sido protagonista nesse debate, sobretudo, pelo fenômeno do encarceramento em massa ser mais expressivo naquela parte do globo, mesmo que a prisão seja um fenômeno presente na maioria dos Estados nacionais.²¹ No campo das Ciências da Religião e Teologia também há contribuições. A *Havard Divinity School*, em outubro de 2017, promoveu um encontro entre estudiosos, ativistas, lideranças e pessoas egressas do sistema carcerário para avançar no estudo crítico do castigo carcerário em relação às práticas e pensamento cristão e provocar ações em torno do encarceramento em massa nos EUA.

Na ocasião, o teólogo Willie Jennings, da *Yale Divinity School*, professor de Teologia Sistemática e Estudos Africanos, abriu a conferência, cujo título

¹⁹ <http://carceraria.org.br>.

²⁰ WACQUANT, L., As prisões da miséria, p. 151; DAVIS, A., Estão as prisões obsoletas?, p. 65-89; ALEXANDER, M., A nova segregação, p. 155-209.

²¹ Segundo estudo da Pastoral Carcerária: “Atualmente, estima-se que haja mais de 11 milhões de pessoas presas em todo o mundo. Somente a soma da população prisional dos 10 países que mais aprisionam (Estados Unidos, China, Brasil, Rússia, Índia, Tailândia, Indonésia, Turquia, Irã e México) corresponde a mais do que 60% desse total” (PASTORAL CARCERÁRIA, Luta antiprisional no Mundo Contemporâneo).

era *Christianity, Race, and Mass Incarceration* [Cristianismo, Raça e Encarceramento em Massa] onde afirmou a relação intrínseca da fé cristã com a prisão, colocando luz na construção do sujeito desobediente ao longo da história e sua identificação com Jesus Cristo.²² Apesar de não haver nenhuma publicação a partir desse evento, é realmente significativo que estudiosos da teologia e ciências da religião se dedicam ao diálogo sobre as prisões e o encarceramento. Podemos listar as colaborações de Jennifer Graber da Universidade do Texas; Cornel West da Universidade de Harvard; Devin Singh da Faculdade de Dartmouth; e Shawn Copeland, da Faculdade de Boston.

Além de Harvard, outra universidade americana aparece em nossa pesquisa como promotora dos estudos prisionais. A *Duke Divinity School* mantém uma espécie de curso de extensão em Estudos Prisionais, cujo um dos objetivos busca qualificar o ministério pastoral nas prisões. Também o professor de Novo Testamento, Douglas Campbell, em conjunto com Sarah Jobe, organizaram uma edição especial da revista on-line *Religions* sob o título *Carceral Intersections: Christianity and the Crisis of Mass Incarceration* [Intersecções carcerárias: Cristianismo e a Crise do Encarceramento em Massa] reunindo contribuições teológicas para pensar o encarceramento e a prisão, a partir das possibilidades hermenêuticas postas pela crise à teologia e às práticas cristãs.²³

3.2. Europa

A Teologia e as Ciências da Religião europeias também têm se dedicado aos estudos prisionais de maneira ampla. Sobretudo na Holanda, onde a Universidade de Tilburg e a Universidade Teológica Protestante de Amsterdã (PThU) mantêm um centro ecumênico de ensino e pesquisa pastoral e teológica sobre pastorais sociais.²⁴ O *University Center for Chaplaincy Studies* [Centro Universitário para Estudos Pastorais] – anteriormente chamado *Centre for Prison Pastoral Studies* – se dedica, entre outras coisas, a pensar a ação pastoral no cárcere bem como temas teológicos como mal, culpa, retaliação, perdão e reconciliação, pastoral nas instituições, ética profissional e profissionalização dos pastoralistas, monitoramento e implementação dos direitos humanos nas

²² JENNINGS, W., *Christianity, Race, and Mass Incarceration* Keynote Address.

²³ CAMPBELL, D; JOBE, S., *Carceral Intersections*.

²⁴ O sentido de pastorais sociais no contexto holandês não é o mesmo do contexto latino-americano. Trata-se, aqui, de uma tradução livre de *chaplaincy*, que literalmente seria capelania em português, porém como este termo não é habitual no vocabulário teológico brasileiro, preferiu-se a noção de pastoral e pastoral social.

prisões, direitos humanos universais e diversidade cultural, justiça restaurativa e punições. Além disso, reúne publicações sobre os temas, em holandês.

A nossa pesquisa ainda localizou contribuições na Itália. O professor de Direito Penal, Luciano Eusebi, do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Católica do Sagrado Coração de Milão tem se dedicado a aproximação entre Teologia e Direito e pensa, sobretudo, no tema da pena. De sua produção destacamos textos como *La Chiesa e il problema della pena. Sulla risposta al negativo come sfida giuridica e teologica* [A Igreja e o problema da punição. Sobre a resposta ao negativo como um desafio legal e teológico], publicação de 2014, e *Superare il carcere come “modello” della risposta al reato* [Superando a prisão como um “modelo” da resposta do crime], de 2015, publicando como posfácio do livro *No prison* [Sem prisão] de Livio Ferrari.

Tendo traçado este quadro mais amplo sobre os estudos prisionais no campo das Ciências da Religião e Teologia, considerando as contribuições nacionais e internacionais, podemos passar a parte final deste estudo, ponderando a produção acadêmica e apontando possíveis caminhos para fazer avançar os estudos prisionais na teologia latino-americana.

4. Discussão e confrontos: possibilidades desde as práticas críticas

Apesar do considerado volume de trabalhos, artigos, dissertações e teses na área da Ciências da Religião e Teologia, os estudos prisionais, face a sua complexidade, ainda é pouco explorado. Como vimos, apenas 9 programas dos 21 da Área 44 da CAPES possuem pesquisas de mestrado e doutorado neste campo. Parece-nos importante e urgente que nossos pesquisadores se dediquem a pensar as prisões. Surpreende-nos que, a despeito da rica tradição libertadora na teologia da América Latina, tenhamos olhado e pesquisado – deixado nos questionar – pouco pelas prisões e seu modo de funcionamento, ainda que majoritariamente ocupadas por pobres, categoria central em nossa teologia. Do ponto de vista pastoral, mesmo com as dificuldades de pessoal, muitos grupos religiosos têm se dedicado à assistência religiosa às pessoas privadas de liberdade e seus familiares com as mais diversas atuações que está consideradamente documentada pelas pesquisas,²⁵ porém o debate teológico

²⁵ GALUCIO, I. A. S., Por detrás do muro cinza; LIRA JUNIOR, J. N., Matar o Criminoso e Salvar o Homem; SILVA JUNIOR, A. C. R., Campo religioso brasileiro prisional; RODRIGUES, D. S. P., O papel da religião cristã no processo de ressocialização do indivíduo nas instituições penais de internação coletiva; COSTA, B. M., Ressocialização mediada pela assistência religiosa; LIMA, A. P. M., Religião entre grades; QUIROGA, A. M. et al., Religiões e Prisões; LOBO, E. S., Igrejas atrás das grades; SEPULVEDA, P. A., As mulheres do Bom Pastor.

sobre prisões não consegue ir além de sua humanização e o fortalecimento dos discursos institucionais. Verificamos que os trabalhos são dedicados, em sua maioria, em pensar novos modelos de aprisionamento, como o modelo APAC, ou propriamente experiências religiosas de pessoas encarceradas, como conversão.²⁶ A partir de nossa análise e compreensão, as pesquisas têm o mérito de reconhecerem os históricos processos de desumanização e certa falência do sistema penitenciário brasileiro, focadas principalmente em práticas inovadoras de execução penal e no papel das instituições religiosas nestes espaços. Tais reflexões acenam para a complexa realidade da privação de liberdade e do encarceramento, permitindo que novas pesquisas avancem no debate acerca desta realidade. Parece-nos que, em virtude disso, este é um tema que merece atenção e novas contribuições por outros pesquisadores e outros PPGs da Área.

No cenário internacional, tendo identificado contribuições ocidentais, verificamos duas abordagens separadas pelo Atlântico. Não obstante, trata-se tão somente de um apontamento analítico, descritivo e limitado, que não exclui a possibilidade de outros fluxos independentes das geografias aqui por nós assinaladas. Desta forma, observa-se que o modo pelo qual pesquisadores do centro holandês se aproximam das prisões é pastoral e institucional com foco nas práticas eclesiais e nas vivências da pessoa presa, como detectado no contexto brasileiro. Parece-nos que o propósito desta abordagem é a qualificação do ministério pastoral no cárcere. Enquanto, a aproximação americana está conectada com os movimentos sociais, sobretudo o movimento negro, tendo o racismo como cerne do problema prisional, destacando os efeitos do sistema carcerário para as comunidades e propondo reflexões e práticas teológicas radicais. Aqui, o objetivo está mais voltado para entender o fenômeno público do encarceramento e suas consequências teológicas, trata-se de lançar um olhar crítico sobre as prisões e as penas. De fato, a produção brasileira, a partir da nossa análise, se alinha mais ao modelo holandês, ao pensar as práticas eclesiais e a proposição e avaliação de modelos carcerários, mesmo que, como já apontado, a teologia produzida no contexto brasileiro seja reconhecida pelo vínculo com as lutas populares.

²⁶ SILVA JUNIOR, A. C. R., Campo religioso brasileiro prisional; JACOB, A., A conversão religiosa como um meio determinante para a sobrevivência no cárcere; SCHAPER, M. M., Educação e religião no conjunto penal de Teixeira de Freitas-BA; PEREIRA, A. B. V., São os evangélicos que seguram essa cadeia, se não fossem eles, quem iria converter os mauzão?; FRANCO, P. C. A., Adesão Religiosa e Sua Influência na Recuperação de Pessoas Oriundas do Crime na Cidade de Boa Vista – Roraima; SILVA, M. R., A influência do cristianismo na prevenção de crimes; OLIVEIRA, A. A., A experiência religiosa no Cárcere.

A título de exemplo deste vínculo, que supõe o engajamento da comunidade acadêmica e aponta para a participação na construção de novas possibilidades para a superação de problemas antigos, podemos citar a experiência do estado da Califórnia (EUA). E, aqui, é importante enfatizar que o exemplo é apenas exemplo e não modelo a ser replicado aos mais diversos contextos. O que se quer apontar são possibilidades de novos imaginários, os quais a teologia pode e deve participar. Pensadores dos EUA têm elaborado reflexões sobre as prisões que captam, na história daquele país, a manutenção do racismo na estrutura social e política, através da sofisticação e desenvolvimento das práticas punitivas e de controle dos corpos não brancos, majoritariamente negros e latinos. Desde a escravidão, sua abolição e o desenvolvimento de práticas legais, como as leis Jim Crow e as políticas neoliberais de Guerra às Drogas, o racismo e o terrorismo de Estado perduram nas estruturas a partir dos dispositivos estatais de polícia e justiça, cuja concretude pode ser considerada no caso californiano de superencarceramento.

Em 1980, a Califórnia tinha aproximadamente 24 mil pessoas presas; no final de 1993, a população prisional saltou para cerca de 119 mil e, no final de 2003, para 162 mil. Em 2007, como anotado alhures, a população prisional da Califórnia atingiu o seu ápice: 173.312 mil pessoas aprisionadas.²⁷

A expansão do sistema carcerário californiano e os ataques contra as comunidades negras mobilizaram novos movimentos sociais contra a violência do Estado nas ruas e nas prisões. Diversos grupos começam a se organizar, a partir da última década do século XX. O relatório *Luta antiprisional no mundo contemporâneo* recolhe experiências de enfrentamento ao vertiginoso crescimento da população carcerária e das formas legais de controle e punição na Rússia, Portugal, Chile e Califórnia. A experiência californiana demonstra a capacidade de pequenos grupos de, sobretudo, mulheres negras, mobilizadas a partir de violências concretas nos bairros, perpetradas por agentes do Estado, como são os casos do Comitê de Justiça para George Noyes (*George Noyes Justice Committee*); Mães recuperando nossos filhos (*Mother Reclaiming Our Children – Mothers ROC*); Resistência Crítica (*Critical Re-sistence*); Coalização da Califórnia para Mulheres Presas (*California Coalition for Women Prisoners – CCWP*); Todas/os nós ou ninguém (*All of Us or None*); e o mais recente Vidas Negras Importam (*#BlackLivesMatter*). Movimentos sociais de base, na Califórnia, unem comunidades intra e extra muros contra as

²⁷ PASTORAL CARCERÁRIA, *Luta antiprisional no Mundo Contemporâneo*, p. 37.

prisões, fazem pressão aos governos e são os principais responsáveis pelo programa de desencarceramento no estado. Entre 2007 a 2016, houve a redução de 25,7% de pessoas presas em unidades estaduais, considerando o gênero, a redução de mulheres presas foi de 49% e 23% homens.²⁸

A experiência do movimento antiprisional da Califórnia inspira a busca por uma nova posição diante do processo de eclosão do encarceramento em massa no Brasil. Em que pese o fato de a promulgação da “Constituição cidadã” de 1988 e seu inédito acervo de direitos sociais terem acenado para uma “virada social” após o entardecer do regime ditatorial civil-militar, o que predicou o regime democrático da chamada “Nova República” foi, repita-se novamente, a “virada punitiva”.²⁹

Assim, diante do exposto, nos é inevitável afirmar a urgência de se investir na desnaturalização teológica do cárcere. A teologia latino-americana que tanto colaborou com subsídios teóricos e práticas libertadoras nas bases da sociedade brasileira, para a ampliação e efetivação dos direitos sociais, não esteve sensível a tal “virada punitiva”, bem como todo campo chamado de progressista na política nacional. Parece que o silêncio teológico (e das esquerdas) é muito mais omissão do que meditação, omissão que não possibilita a interpelação pela realidade, a percepção dos desdobramentos que daí decorrem e o aprofundando da crítica teológica tão cara a esta tradição. Nesse sentido, tem se elaborado um pensamento teológico, enraizado na tradição latino-americana, que compreende a continuidade da Teologia da Libertação como Teologia Pública no contexto brasileiro, através do enfoque na noção de cidadania, bem como assume uma acepção mais abrangente como “termo guarda-chuva” que reúne as teologias políticas (da libertação, de gênero, étnico-raciais, inter-religiosas), assumindo o espaço público como tema teológico e adotando critérios públicos de argumentação, a fim de confirmar seu lugar na universidade e apontar uma visão ético-política para as igrejas e sociedade.³⁰ Assume-se a disputa inerente ao debate público e científico, abandonando pretensões universais, mas a teologia como testemunho da experiência plural, diversa e inclusiva dos povos.³¹ Trata-se, portanto, da produção de um saber histórico e crítico, capaz de mobilizar comunidades comprometidas com a liberdade e a libertação na construção de pequenos espaços de cuidado e

²⁸ PASTORAL CARCERÁRIA, *Luta antiprisional no Mundo Contemporâneo*, p. 27.

²⁹ PASTORAL CARCERÁRIA, *Luta antiprisional no Mundo Contemporâneo*, p. 65.

³⁰ SINER, R., *Teologia Pública num Estado laico*, p. 54; ZEFERINO, J., *A construção de pequenos espaços de cuidado e gratuidade como resistência às violências*, p. 153.

³¹ PACHECO, R., *Teologia Negra*, p. 23-41.

gratuidade, como prática a partir de baixo na construção de novos mundos.³² A teologia negra, nos EUA, tem avançando nesse campo não apenas na produção de conhecimento, mas sobretudo, no fortalecimento de pessoas e grupos organizados de pessoas presas, egressos e familiares na Luta Antiprisional.

Conclusão

Se os estudos prisionais estão consolidados e diversificados em diversas áreas das Ciências Humanas, sobretudo por meio da Sociologia, tendo maior impulso com a publicação de *Vigiar e punir*, alcançando abordagens críticas e radicais, o mesmo não se verifica em nossa área. A maioria da pesquisa sobre prisões em Ciências da Religião e Teologia enfocam na experiência religiosa atrás das grades, no ministério pastoral, na análise de modelos cristãos de encarceramento e na capacidade da doutrina colaborar com os fins jurídicos da privação de liberdade. Vale observar que a aposta em reformas humanizadoras das carceragens não se trata de um movimento recente que atesta o fracasso dos atuais modelos de encarceramento, mas como nos diz Foucault, trata-se do programa próprio das prisões, pois “desde o início (...) mecanismos de acompanhamento, que aparentemente devem corrigi-la, mas que parecem fazer parte de seu funcionamento”.³³ Logo, o investimento na noção reformista deve ser superado, e, as produções americanas,³⁴ que nossa pesquisa localizou, podem contribuir para a reflexão crítica e radical sobre prisões, sobretudo no combate ao racismo e na relação com os movimentos de base.

O estudo crítico das prisões nas Ciências da Religião e Teologia, finalmente, pode desdobrar em consequências teóricas e práticas, que despertem nosso imaginário para novas formas de lidar com os conflitos inerente às relações sociais, bem como uma vivência de fé que fortaleça a vida e a existência de pessoas que se envolveram em situações-problema. Enquanto forjamos nossa teologia lado a lado dos lutadores e lutadoras por um mundo sem cárceres, insistindo na ação direta de nos manter vivos e vivas, mecanismos e aparatos são racionalmente projetados e postos em funcionamento para a produção de mortes, especialmente a morte da população jovem, preta e pobre.

³² ZEFERINO, J., A construção de pequenos espaços de cuidado e gratuidade como resistência às violências, p. 164.

³³ FOUCAULT, M., *Vigiar e Punir*, p. 226.

³⁴ Não se trata, pois de buscar importações conceituais ou submeter-se a relações coloniais, mas resgatar a tradição crítica latino-americana. Destaca-se que muitas produções americanas utilizam as referências teóricas como Gustavo Gutierrez, Leonardo Boff, Ivone Guebara, John Segundo, etc.

Por isso, gritar: “Eu estou vivo!” é rebeldia. Como afirmam diversos movimentos populares de mães, familiares e amigos de pessoas vítimas da violência do Estado e movimentos de direitos humanos que constroem a Agenda Nacional pelo Desencarceramento:³⁵ “Eles tentaram nos enterrar, mas não sabiam que éramos sementes”.

Referências bibliográficas

ALEXANDER, M. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CAMPBELL, D; JOBE, S. (Orgs.). *Carceral Intersections: Christianity and the Crisis of Mass Incarceration*. **Religions**, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://kutt.it/Kb0AKK>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

CNBB. **A fraternidade e os encarcerados: Cristo liberta de todas as prisões – manual**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1997.

CNJ. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0: Cadastro Nacional de Presos**. Brasília, ago. de 2018. Disponível em: <<https://kutt.it/XXTnm3>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

COSTA, B. M. **Ressocialização mediada pela assistência religiosa: direito dos encarcerados no sistema penitenciário**. Vitória, 2018. 109p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FARIA, P. A. C. *Ciências da religião e teologia: evolução de uma relação*. **Horizonte**, v. 16, n. 51, p. 1324, dez. 2018. Disponível em:

³⁵ Trata-se de uma contrapartida da sociedade civil organizada à política de encarceramento em massa, à degradação do sistema prisional e sua seletividade, a penalização de mulheres e familiares e a violação sistêmica do direito fundamental à presunção de inocência. A proposta é “fechar as comportas do sistema penal e estancar as ‘veias abertas’ do sistema prisional brasileiro”, por meio de um programa nacional de desencarceramento, de abertura do cárcere para a sociedade e de redução de danos. A Agenda é composta por 10 ações: 1) suspensão de qualquer verba voltada para a construção de novas unidades prisionais ou de internação; 2) exigências de redução massiva da população prisional e das violências produzidas pela prisão; 3) alterações legislativas para a máxima limitação da aplicação de prisões preventivas; 4) contra a criminalização do uso e do comércio de drogas; 5) Redução máxima do sistema penal e retomada da autonomia comunitária para a resolução não-violenta de conflitos; 6) ampliação das garantias da LEP; 7) abertura do cárcere e criação de mecanismos de controle popular; 8) proibição da privatização do sistema prisional; 9) prevenção e combate à tortura; 10) desmilitarização das polícias e da sociedade.

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2018v16n51p1324/14272>>. Acesso em: 04 out 2019.
DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2018v16n51p1324>

FERREIRA, M. E. G. **A produção da esperança em uma situação de opressão**: Casa de Detenção de São Paulo, Carandiru. São Paulo: EDUC, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCO, P. C. A. **Adesão Religiosa e Sua Influência na Recuperação de Pessoas Oriundas do Crime na Cidade de Boa Vista – Roraima**. Pernambuco, 2016. 103p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco.

GALUCIO, I. A. S. **Por detrás do muro cinza**: contribuições da assistência religiosa no tratamento penal. São Leopoldo, 2018. 256f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia.

JACOB, A. **A conversão religiosa como um meio determinante para a sobrevivência no cárcere**. Vitória, 2016. 119p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória.

JENNINGS, W. Christianity, Race, and Mass Incarceration Keynote Address. **Youtube**. Disponível em: <<https://youtu.be/1xaz57S6nm0>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LIMA, A. P. M. **Religião entre grades**: a assistência religiosa católica e os presidiários. Juiz de Fora, 2011. 115p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora.

LIRA JUNIOR, J. N. **Matar o Criminoso e Salvar o Homem**. Análise da proposta salvífica da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC. Rio de Janeiro, 2017. 156p. Tese. Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro.

LIRA JUNIOR, J. N. **Matar o criminoso e salvar o homem e o papel da religião na recuperação do penitenciário**: um estudo de caso da APAC – Associação de Proteção e Assistência aos condenados – em Itaúna-MG. São Paulo, 2009. 106p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

LOBO, E. S. **“Igrejas atrás das grades”**: um estudo sobre a atuação de católicos e evangélicos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de

Janeiro, 2002. 113p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LOURENÇO, L. C.; ALVAREZ, M. C. Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017). **BIB**, v. 84, n. 2, p. 216-236, 2017. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-84/11105-estudos-sobre-prisao-um-balanco-do-estado-da-arte-nas-ciencias-sociais-nos-ultimos-vinte-anos-no-brasil-1997-2017/file>>. Acesso em: 04 out 2019. DOI: <https://doi.org/10.17666/bib8407/2018>

MALLART, F.; GODOI, R. Vidas Matáveis. In: MALLART, F.; GODOI, R. (Orgs.). **BR 111: a rota das prisões brasileiras**. São Paulo: veneta, 2017. p. 21-32.

MENDONÇA, J. “A prisão te mata aos poucos. Estou livre, mas não esqueço o que passei”. **Ponte Jornalismo**, São Paulo, 29 dez. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2I0kPct>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

MOURA, M. V. (Org.). **Levantamento nacional de informações penitenciárias**, atualização – junho de 2017. Brasília: Ministério de Justiça e Segurança Pública / Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em <<https://kutt.it/Kv21Qa>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

OLIVEIRA, A. A. **A experiência religiosa no Cárcere: O caso do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão**. João Pessoa, 2012. 68f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Universidade Federal da Paraíba.

PACHECO, R. **Teologia Negra: o sopro antirracista do Espírito**. Brasília: Novos Diálogos; São Paulo: Editora Recriar, 2019.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Luta antiprisional no Mundo Contemporâneo: um estudo sobre experiências sobre a redução da população carcerárias em outras nações**. Disponível em: <<https://kutt.it/oRfDDL>>. Acesso em: 04 out 2019.

PEREIRA, A. B. V. **São os evangélicos que seguram essa cadeia, se não fossem eles, quem iria converter os mauzão?** Juiz de Fora, 2017. 100p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora.

POTTS, M. Christianity, Race, and Mass Incarceration. **Harvard Divinity School**, 13 out. 2017. Disponível em: <<https://kutt.it/gc1jfj>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

QUIROGA, A. M. et al. **Religiões e Prisões**. Rio de Janeiro: Publicações do ISER, 2004. (Comunicações do ISER, 61).

RACIONAIS MC'S. Homem na estrada. **Raio X do Brasil**. São Paulo: Zimbabwe Records, 1993. 1 disco sonoro. Lado B, faixa 1. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/yDLT9>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

RODRIGUES, D. S. P. **O papel da religião cristã no processo de ressocialização do indivíduo nas instituições penais de internação coletiva: a APAC em Teófilo Otoni-MG**. Vitória, 2016. 75p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória.

SALLA, F. Vigiante e punir e os estudos prisionais no Brasil. **Dilemas**, Edição Especial, n. 2, p. 29-43, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/14201>>. Acesso em: 04 out 2019.

SCHAPER, M. M. **Educação e religião no conjunto penal de Teixeira de Freitas-BA: caminhos e descaminhos**. Vitória, 2018. 135p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória.

SEPULVEDA, P. A. **As mulheres do Bom Pastor: Uma análise da tatuagem como expressão da identidade religiosa de mulheres privadas de liberdade na cidade de João Pessoa**. João Pessoa, 2017. 158p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Federal da Paraíba.

SILVA JUNIOR, A. C. R. **Campo religioso brasileiro prisional: Estado, religiões e religiosidades no contexto de encarceramento**. Juiz de Fora, 2017. 318p. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora.

SILVA JUNIOR, A. C. R. **Recuperação religiosa de presos: conversão moral e pluralismo religioso na APAC**. Juiz de Fora, 2013. 124p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora.

SILVA, M. R. **A influência do cristianismo na prevenção de crimes**. Vitória, 2013. 59p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória.

SINNER, R. **Teologia Pública num Estado Laico: ensaios e análises**. São Leopoldo: Sinodal, 2018.

THE WORLD PRISON BRIEF. **Prison Population Total**. Disponível em: <<http://bit.ly/2OvTkIP>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

VILLAS BOAS, A. Perspectiva interdisciplinar da Teologia no Brasil. **Interações**, v. 13, n. 24, p. 260-286, dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/18656>>. Acesso em: 04 out 2019. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1983-2478.2018v13n24p260-286>

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

ZEFERINO, J. A construção de pequenos espaços de cuidado e gratuidade como resistência às violências. **Estudos Teológicos**, v. 59, n. 1, p. 152-165, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/3602>. Acesso em: 04 out 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22351/et.v59i1.3602>

Lucas Henrique Pereira Duarte

Mestrando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Curitiba / PR – Brasil

E-mail: p.duarte@pucpr.edu.br

Recebido em: 16/04/20

Aprovado em: 18/06/20